

✓  
12/11/17  
A. J. J. J.  
R. J.

saom

**DEMONSTRAÇÕES**

**FINANCEIRAS**

**ANO 2016**

31 de Março de 2017

## Índice

1	Identificação da Entidade .....	5
2	Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras .....	5
3	Principais Políticas Contabilísticas .....	6
3.1	Bases de Apresentação .....	6
3.2	Políticas de Reconhecimento e Mensuração .....	7
4	Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros: .....	14
5	Ativos Fixos Tangíveis .....	15
6	Ativos Intangíveis .....	16
7	Locações .....	17
8	Custos de Empréstimos Obtidos .....	18
9	Inventários .....	18
10	Rédito .....	19
11	Subsídios do Governo e apoios do Governo .....	19
12	Imposto sobre o Rendimento .....	20
13	Benefícios dos empregados .....	20
14	Divulgações exigidas por outros diplomas legais .....	20
15	Outras Informações .....	21
15.1	Investimentos Financeiros .....	21
15.2	Fundadores/beneméritos/patrocionadores/doadores/associados/membros .....	21
15.3	Clientes e Utentes .....	22
15.4	Outras contas a receber .....	22
15.5	Diferimentos .....	22
15.6	Caixa e Depósitos Bancários .....	23
15.7	Fundos Patrimoniais .....	23
15.8	Fornecedores .....	23
15.9	Estado e Outros Entes Públicos .....	23
15.10	Outras Contas a Pagar .....	24
15.11	Subsídios, doações e legados à exploração .....	24
15.12	Fornecimentos e serviços externos .....	24
15.13	Outros rendimentos e ganhos .....	25
15.14	Outros gastos e perdas .....	25
15.15	Resultados Financeiros .....	25
15.16	Acontecimentos após data de Balanço .....	26

J. 197  
 Jul  
 147  
 ce

**BALANÇO**

(Montantes expressos em Euros)

Handwritten notes and signatures in the top right corner, including a checkmark and the name 'A. J. J. J.'.

Rubricas	Notas	31/12/2016 (1)
<b>ACTIVO:</b>		
<b>Activo não corrente:</b>		
Activos fixos tangíveis	5	22 334.74
Bens do património histórico e artístico e cultural		-
Propriedades de investimento		-
Activos intangíveis	6	1 031.02
Investimentos financeiros		22 406.74
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros	15.2	-
		<b>45 772.50</b>
<b>Activo corrente:</b>		
Inventários		-
Clientes	15.3	43 020.37
Adiantamentos a fornecedores		-
Estado e outros entes públicos	15.9	5 607.00
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros		(30.00)
Outras contas a receber		104 559.31
Diferimentos	15.4	3 213.42
Outros activos financeiros		-
Caixa e depósitos bancários	15.6	225 545.47
		<b>381 915.57</b>
<b>Total do Activo</b>		<b>427 688.07</b>
<b>FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO:</b>		
<b>Fundos patrimoniais</b>		
Fundos		10 507.66
Excedentes Técnicos		-
Reservas		-
Resultados transitados		236 830.39
Outras variações nos fundos patrimoniais		-
		<b>(37 054.13)</b>
<b>Total do Fundo de Capital</b>		<b>210 283.92</b>
<b>PASSIVO:</b>		
<b>Passivo não corrente:</b>		
Provisões		-
Provisões específicas		-
Financiamentos obtidos		-
Outras contas a pagar		-
		<b>-</b>
<b>Passivo corrente:</b>		
Fornecedores	15.8	36 044.12
Adiantamentos de Clientes		761.16
Estado e outros entes públicos	15.9	20 912.61
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros		-
Financiamentos obtidos		-
Diferimentos	15.7	103 337.05
Outras contas a pagar	15.10	56 349.21
Outras passivos financeiros		-
		<b>217 404.15</b>
<b>Total do Passivo</b>		<b>217 404.15</b>
<b>Total dos Fundos patrimoniais e do Passivo</b>		<b>427 688.07</b>

Handwritten notes and signatures in the top right corner, including initials and a signature.

## DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS

(Montantes expressos em Euros)

Rendimentos e Gastos	Notas	31/12/2016 (1)
Vendas e serviços prestados		179 182.65
Subsídios à exploração	15.11	496 851.76
Variação nos inventários da produção		-
Trabalhos para a própria entidade		-
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas		(160 212.09)
Fornecimentos e serviços externos	15.12	(158 116.28)
Gastos com o pessoal		(435 434.22)
Imparidades (perdas/reversões)		(7 386.52)
Provisões (aumentos/reduções)		-
Outros rendimentos e ganhos	15.13	68 512.69
Outros gastos e perdas	15.14	(6 503.96)
<b>Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos (EBITDA)</b>		<b>(23 105.97)</b>
Gastos/reversões de depreciação e de amortização		(17 507.36)
<b>Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos) (EBIT)</b>		<b>(40 613.33)</b>
Juros e rendimentos similares obtidos		3 698.00
Juros e gastos similares suportados		(138.80)
<b>Resultado antes de impostos (EBT)</b>		<b>(37 054.13)</b>
Imposto sobre o rendimento do período		-
<b>Resultado líquido do período</b>		<b>(37 054.13)</b>

## **1 Identificação da Entidade**

S.A.O.M.- Serviços de Assistência Organizações de Maria é uma instituição sem fins lucrativos, constituída sob a forma de IPSS com estatutos publicados no Diário da República n.º 220, Série III de 22/9/1994, com sede em Rua das Virtudes, 11. Tem como atividade para que possa prosseguir os seguintes objetivos:

- Promover a melhoria da qualidade de vida dos cidadãos na velhice e em todas as situações de falta, ou diminuição, de meios de subsistência ou capacidade para o trabalho; e
- Promover a satisfação das necessidades biopsicossociais dos indivíduos em risco de exclusão social, da infância à velhice;

## **2 Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras**

Em 2016 as Demonstrações Financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Sector Não Lucrativo (NCRF-ESNL) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011 de 9 de Março. No Anexo II do referido Decreto, refere que o Sistema de Normalização para Entidades do Sector Não Lucrativo é composto por:

- Bases para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);
- Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) – Portaria n.º 105/2011 de 14 de Março;
- Código de Contas (CC) – Portaria n.º 106/2011 de 14 de Março;
- NCRF-ESNL – Aviso n.º 6726-B/2011 de 14 de Março;
- Normas Interpretativas (NI)

A adoção da NCRF-ESNL ocorreu pela primeira vez em 2012, pelo que à data da transição do referencial contabilístico anterior (Plano de Contas das Instituições Particulares de Solidariedade Social) para este normativo é 1 de Janeiro de 2011, conforme o estabelecido no § 5 Adoção pela primeira vez da NCRF-ESNL.

Assim, a Entidade preparou o Balanço de abertura de 1 de Janeiro de 2012 aplicando as disposições previstas na NCRF-ESNL. As Demonstrações Financeiras de 2011 que foram preparadas e aprovadas, de acordo com o referencial contabilístico em vigor naquela altura, foram alteradas de modo a que haja comparabilidade com as Demonstrações Financeiras de 2011.

O montante total de ajustamento à data da transição reflete a diferença ocorrida nas Demonstrações Financeiras devido à adoção da NCRF-ESNL. Estes ajustamentos estão evidenciados em “Resultados Transitados”. Assim, os efeitos provenientes da adoção do novo referencial contabilístico à data da transição (1 de Janeiro de 2011) foram registados em “Fundos Patrimoniais” e estão descritos e explicitados no quadro que se segue:

<b>Reconciliação dos Fundos Patrimoniais</b>	
<b>Fundos Patrimoniais PCIPSS/PCAM/POCFADAAC</b>	<b>10.507,66</b>
Desreconhecimento de Ativos Intangíveis	
Outros Ajustamentos	<b>2.800,00</b>
Impostos Diferidos	
Total de Ajustamentos	0.00
<b>Fundos Patrimoniais SNC-ESNL</b>	<b>13.307,66</b>

### **3 Principais Políticas Contabilísticas**

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela Entidade na elaboração das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:

#### **3.1 Bases de Apresentação**

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF)

##### **3.1.1 Continuidade:**

Com base na informação disponível e as expectativas futuras, a Entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo que não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as Entidades do Sector Não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

##### **3.1.2 Regime do Acréscimo (periodização económica):**

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorrem (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura conceptual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados respetivas contas das rubricas “Devedores e credores por acréscimos” e “Diferimentos”.

Handwritten notes and signatures in the top right corner, including a checkmark and the name 'Jug'.

J. V. J. -  
A. J. -  
C. J. -

### 3.1.3 Consistência de Apresentação

As Demonstrações Financeiras estão consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, exceto quando ocorrem alterações significativas na natureza que, nesse caso, estão devidamente identificadas e justificadas neste Anexo. Desta forma é proporcionada informação fiável e mais relevante para os utentes.

### 3.1.4 Materialidade e Agregação:

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade depende da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexatidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras influenciarem. Itens que não são materialmente relevante para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevante para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

### 3.1.5 Compensação

Devido à importância dos ativos e passivos serem relatados separadamente, assim como os gastos e os rendimentos, estes não devem ser compensados.

### 3.1.6 Informação Comparativa

A informação comparativa deve ser divulgada, nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando ao Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contabilísticas devem ser levados a efeito de maneira consistente em toda a Entidade e ao longo do tempo e de maneira consistente. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

- A natureza da reclassificação;
- A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e
- Razão para a reclassificação.

## 3.2 Políticas de Reconhecimento e Mensuração

### 3.2.1 Ativos Fixos Tangíveis

Os "Ativos Fixos Tangíveis" encontram-se registados ao custo de aquisição ou de produção, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição ou



produção inicialmente registado, inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, se aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de instalação ou operação dos mesmos que a Entidade espera vir a incorrer.

Os ativos que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade.

As despesas subsequentes que a Entidade tenha com manutenção e reparação dos ativos são registadas como gastos no período em que são incorridas, desde que não sejam suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais

As depreciações são calculadas, assim que os bens estão em condições de ser utilizado, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

A Entidade revê anualmente a vida útil de cada ativa, assim como o seu respetivo valor residual quando este exista.

As mais ou menos valias provenientes da venda de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o valor de realização e a quantia escriturada na data de alienação, sendo que se encontram espelhadas na Demonstração dos Resultados nas rubricas “Outros rendimentos operacionais” ou “Outros gastos operacionais”.

### **3.2.2 Bens do domínio público**

Os “Bens do domínio público” encontram-se valorizados pelo seu custo histórico. Os bens que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados.

O justo valor é aplicável aos bens, que inicialmente foram adquiridos a título oneroso, sejam contabilizados pela primeira vez e seja impossível estabelecer o seu custo histórico devido à perda desses dados. Esta mensuração também efetuada para os bens cujo valor de transação careça de relevância devido ao tempo transcorrido desde a sua aquisição ou devido às circunstâncias que a rodearam.



As aquisições gratuitas têm como contrapartida a conta “Variações nos fundos patrimoniais”

As obras realizadas nestes bens só são consideradas como ativos se e somente se gerarem aumento da produtividade, de capacidade ou eficiência do bem ou ainda um acréscimo da sua vida útil. Sempre que estes acréscimos não se verificarem, estas manutenções e reparações são registadas como gastos do período.

Os bens que são incorporados nas instalações ou elementos com uma vida útil diferente do resto do bem. Estes têm um tratamento contabilístico diferente do bem o qual são incorporados, estando registados numa conta com denominação adequada dentro do ativo. São exemplo destas incorporações: iluminação, elevadores, sistemas de segurança, sistemas de anti-incêndio.

Visto não ser passível de se apreciar com o mínimo de segurança a vida útil concreta destes bens, estes não são depreciáveis. No entanto a entidade tem em conta a capacidade de gerarem benefícios económicos futuros e os meios técnicos necessários para a conservação e manutenção.

As incorporações a estes bens são depreciáveis, sendo calculadas assim que os bens estão em condições de ser utilizado, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada.

### 3.2.3 Ativos Intangíveis

Os “Ativos Intangíveis” encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e de eventuais perdas por imparidade acumuladas. São reconhecidos apenas quando for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para a Entidade e que os mesmos possam ser mensurados com fiabilidade.

São registadas como gastos do período as “Despesas de investigação” incorridas com novos conhecimentos técnicos.

As despesas de desenvolvimento são capitalizadas sempre que a Entidade demonstre capacidade para completar o seu desenvolvimento e dar início à sua comercialização ou utilização e para as quais seja provável gerar benefícios económicos futuros. Caso não sejam cumpridos estes critérios, são registados como gastos do período.

As amortizações são calculadas, assim que os ativos estejam em condições de ser utilizado, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

O valor residual de um "Ativo Intangível" com vida útil finita deve ser assumido como sendo zero, exceto se:

- Houver um compromisso de um terceiro de comprar o activo no final da sua vida útil, ou
- Houver um mercado ativo para este ativo, e
- Seja provável que tal mercado exista no final da sua vida útil.

### 3.2.4 Investimentos financeiros

Sempre que a Entidade tenha uma influência significativa, em empresas associadas, ou exerça o controlo nas decisões financeiras e operacionais, os "Investimentos Financeiros" são registados pelo Método da Equivalência Patrimonial (MEP). Geralmente traduz-se num investimento com uma representação entre 20% a 50% do capital de outra Entidade.

Pelo MEP as participações são registadas pelo custo de aquisição, havendo a necessidade de ajustar tendo em conta os resultados líquidos das empresas associadas ou participadas. Este ajuste é efetuado por contrapartida de gastos ou rendimentos do período e pelos dividendos recebidos, líquido de perdas por imparidade acumuladas.

### 3.2.5 Inventários

Os "Inventários" estão registados ao menor de entre o custo de aquisição e o valor realizável líquido. O valor realizável líquido representa o preço de venda estimado deduzido de todos os custos estimados necessários para a concluir os inventários e proceder à sua venda. Sempre que o valor de custo é superior ao valor realizável líquido, a diferença é registada como uma perda por imparidade.

A Entidade adota como método de custeio dos inventários o custo médio ponderado.

Os Inventários que a Entidade detém, mas que destinam-se a contribuir para o desenvolvimento das atividades presentes e futuras ou os serviços que lhes estão associados

não estão diretamente relacionados com a capacidade de para ela gerar fluxos de caixa, estão mensurados pelo custo histórico ou custo corrente, o mais baixo dos dois.

### 3.2.6 Instrumentos Financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos apenas e só quando se tornam uma parte das disposições contratuais do instrumento.

#### Fundadores/beneméritos/patrocionadores/doadores/associados/membros

As quotas, donativos e outras ajudas similares procedentes de fundadores/beneméritos/patrocionadores/doadores/associados/membros que se encontram com saldo no final do período sempre que se tenham vencido e possam ser exigidas pela entidade estão registados no ativo pela quantia realizável.

#### Clientes e outras contas a Receber

Os “Clientes” e as “Outras contas a receber” encontram-se registadas pelo seu custo estando deduzidas no Balanço das Perdas por Imparidade, quando estas se encontram reconhecidas, para assim retratar o valor realizável líquido.

As “Perdas por Imparidade” são registadas na sequência de eventos ocorrido que apontem de forma objetiva e quantificável, através de informação recolhida, que o saldo em dívida não será recebido (total ou parcialmente). Estas rubricas são apresentadas no Balanço como Ativo Corrente, no entanto nas situações em que a sua maturidade é superior a doze meses da data de Balanço, são exibidas como Ativos não Correntes.

#### Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica “Caixa e depósitos bancários” inclui caixa e depósitos bancários de curto prazo que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

#### Fornecedores e outras contas a pagar

As dívidas registadas em “Fornecedores” e “Outras contas a pagar” são contabilizadas pelo seu valor nominal.

v.m.d.  
X. M. J. J.  
C. S.

### 3.2.7 Fundos Patrimoniais

A rubrica “Fundos” constitui o interesse residual nos ativos após dedução dos passivos.

Os “Fundos Patrimoniais” são compostos por:

- fundos atribuídos pelos fundadores da Entidade ou terceiros;
- fundos acumulados e outros excedentes;
- subsídios, doações e legados que o governo ou outro instituidor ou a norma legal aplicável a cada entidade estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo

### 3.2.8 Provisões

Periodicamente, a Entidade analisa eventuais obrigações que advenham de pretéritos acontecimentos e dos quais devam ser objeto de reconhecimento ou de divulgação. Assim, a Entidade reconhece uma Provisão quando tem uma obrigação presente resultante de um evento passado e do qual seja provável que, para a liquidação dessa obrigação, ocorra um exfluxo que seja razoavelmente estimado.

O valor presente da melhor estimativa na data de relato dos recursos necessários para liquidar a obrigação é o montante que a Entidade reconhece como provisão, tendo em conta os riscos e incertezas intrínsecos à obrigação.

Na data de relato, as Provisões são revistas e ajustadas para que assim possam refletir melhor a estimativa a essa data.

Por sua vez, os Passivos Contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, no entanto são divulgados sempre que a possibilidade de existir exfluxo englobando benefícios económicos não seja remota. Tal como os Passivos Contingentes, os Ativos Contingentes também não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, ocorrendo a sua divulgação apenas quando for provável a existência de um influxo.

### 3.2.9 Financiamentos Obtidos

#### Empréstimos obtidos

Os “Empréstimo Obtidos” encontram-se registados, no passivo, pelo valor nominal líquido dos custos com a concessão desses empréstimos. Os “Encargos Financeiros” são reconhecidos como gastos do período, constando na Demonstração dos Resultados na rubrica “Juros e gastos similares suportados”.

✓  
A. J. J. J.  
D. J. J. J.  
C. J. J. J.

### Locações

Os contratos de locações (leasing) estão classificados como:

- Locações financeiras quando por intermédio deles são transferidos, de forma substancial, todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo sob o qual o contrato é realizado; ou

De referir que as locações estão classificadas de acordo com a característica qualitativa da “Substância sobre a forma”, isto é, a substância económica sobre a forma do contrato.

Os Ativos Fixos Tangíveis que se encontram na Entidade por via de contratos de locação financeira são contabilizados pelo método financeiro, sendo o seu reconhecimento e depreciações conforme se encontra referido no ponto 3.2.1. das Políticas Contabilísticas.

Os juros decorrentes deste contrato são reconhecidos como gastos do respetivo período, respeitando sempre o pressuposto subjacente do Regime do Acréscimo. Por sua vez os custos diretos iniciais são acrescidos ao valor do ativo.

#### **3.2.10 Estado e Outros Entes Públicos**

O imposto sobre o rendimento do período corresponde ao imposto a pagar. Este, inclui as tributações autónomas.

Nos termos do n.º 1 do art.º 10 do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (CIRC) estão isentos de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC):

- a) “As pessoas coletivas de utilidade pública administrativa;
- b) As instituições particulares de solidariedade social e Entidades anexas, bem como as pessoas coletivas àquelas legalmente equiparadas;
- c) As pessoas coletivas de mera utilidade pública que prossigam, exclusiva ou predominantemente, fins científicos ou culturais, de caridade, assistência, beneficência, solidariedade social ou defesa do meio ambiente.”

No entanto o n.º 3 do referido artigo menciona que:

“A isenção prevista no n.º 1 não abrange os rendimentos empresariais derivados do exercício das atividades comerciais ou industriais desenvolvidas fora do âmbito dos fins estatutários, bem como os rendimentos de títulos ao portador, não registados nem depositados, nos termos da legislação em vigor, e é condicionada à observância continuada dos seguintes requisitos:

✓  
A. J. - J. J.  
Res. J.

a) Exercício efetivo, a título exclusivo ou predominante, de atividades dirigidas à prossecução dos fins que justificaram o respetivo reconhecimento da qualidade de utilidade pública ou dos fins que justificaram a isenção consoante se trate, respetivamente, de Entidades previstas nas alíneas a) e b) ou na alínea c) do n.º 1;

b) Afetação aos fins referidos na alínea anterior de, pelo menos, 50% do rendimento global líquido que seria sujeito a tributação nos termos gerais, até ao fim do 4.º período de tributação posterior àquele em que tenha sido obtido, salvo em caso de justo impedimento no cumprimento do prazo de afetação, notificado ao diretor -geral dos impostos, acompanhado da respetiva fundamentação escrita, até ao último dia útil do 1.º mês subsequente ao termo do referido prazo;

c) Inexistência de qualquer interesse direto ou indireto dos membros dos órgãos estatutários, por si mesmos ou por interposta pessoa, nos resultados da exploração das atividades económicas por elas prosseguidas.”

Assim, os rendimentos previstos no n.º 3 do art.º 10 encontram-se sujeitos a IRC à taxa de 21,5% sobre a matéria coletável nos termos do n.º 5 do art.º 87. Acresce ao valor da coleta de IRC apurado, a tributação autónoma sobre os encargos e às taxas previstas no artigo 88º do CIRC.

As declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção, de acordo com a legislação em vigor, durante um período de quatro anos (dez anos para a Segurança Social, até 2000, inclusive, e cinco anos a partir de 2001), exceto quando estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações. Nestes casos, e dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Ou seja, as declarações fiscais da Entidade dos anos de 2012 a 2015 ainda poderão estar sujeitas a revisão.

#### **4 Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros:**

Não se verificaram quaisquer efeitos resultantes de alteração voluntária em políticas contabilísticas.

## 5 Ativos Fixos Tangíveis

### Bens do domínio público

A Entidade usufrui dos seguintes "Ativos Fixos Tangíveis" do domínio público:

Descrição
Edifício Rua das Virtudes nº 11 Porto

### Outros ativos Fixos Tangíveis

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2015 e de 2016, mostrando as adições, os abates e alienações, as depreciações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

Descrição	2015					Saldo final
	Saldo inicial	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	
<b>Custo</b>						
Terrenos e recursos naturais	0.00					0.00
Edifícios e outras construções	0.00					0.00
Equipamento básico	91 434.72	3 684.61				95 119.33
Equipamento de transporte	132 468.84					132 468.84
Equipamento biológico	113 452.89	1 356.77				114 804.66
Equipamento administrativo	0.00					0.00
Outros ativos fixos tangíveis	1 310.67					1 310.67
<b>Total</b>	<b>338 667.12</b>	<b>5 041.38</b>	<b>0.00</b>	<b>0.00</b>	<b>0.00</b>	<b>343 703.50</b>
<b>Depreciações acumuladas</b>						
Terrenos e recursos naturais	0.00					0.00
Edifícios e outras construções	0.00					0.00
Equipamento básico	74 930.38	6 178.70				81 109.08
Equipamento de transporte	120 391.23	6 038.80				126 430.03
Equipamento administrativo	101 973.48	4 336.12				106 309.60
Equipamento biológico	0.00					0.00
Outros Activos fixos tangíveis	1 310.67					1 310.67
<b>Total</b>	<b>298 605.76</b>	<b>16 553.62</b>	<b>0.00</b>	<b>0.00</b>	<b>0.00</b>	<b>315 159.38</b>

Descrição	2016					
	Saldo inicial	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo final
<b>Custo</b>						
Terrenos e recursos naturais	0.00					0.00
Edifícios e outras construções	0.00					0.00
Equipamento básico	95 119.33	1.188,00				96 307.33
Equipamento de transporte	132 468.84					132 468.84
Equipamento administrativo	114 804.66					114 804.66
Equipamento biológico	0.00					0.00
Outros ativos fixos tangíveis	1 310.67					1 310.67
<b>Total</b>	<b>343 703.50</b>	<b>1.188.00</b>	<b>0.00</b>	<b>0.00</b>	<b>0.00</b>	<b>344 891.50</b>
<b>Depreciações acumuladas</b>						
Terrenos e recursos naturais	0.00					0.00
Edifícios e outras construções	0.00					0.00
Equipamento básico	81 109.08	6 963.90				88 072.98
Equipamento de transporte	126 430.03	6 038.81				132 468.84
Equipamento administrativo	106 309.60	3 935.61				110 245.21
Equipamento biológico	0.00					0.00
Outros ativos fixos tangíveis	1 310.67					1 310.67
<b>Total</b>	<b>315 159.38</b>	<b>16 553.62</b>	<b>0.00</b>	<b>0.00</b>	<b>0.00</b>	<b>332 097.70</b>

## 6 Ativos Intangíveis

### Outros Ativos Intangíveis

A quantia escriturada bruta, as amortizações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2015 e de 2016, mostrando as adições, os abates e alienações, as amortizações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

Descrição	2015					
	Saldo inicial	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo final
<b>Custo</b>						
Goodwill	0.00					0.00
Projetos de Desenvolvimento	0.00					0.00
Programas de Computador	1 621.60	479.70				2 101.30
Propriedade Industrial	0.00					0.00
Outros ativos intangíveis	0.00					0.00
<b>Total</b>	<b>1 621.60</b>	<b>479.70</b>	<b>0.00</b>	<b>0.00</b>	<b>0.00</b>	<b>2 101.30</b>



Depreciações acumuladas						
Goodwill	0.00					0.00
Projetos de Desenvolvimento	0.00					0.00
Programas de Computador	0.00					0.00
Propriedade Industrial	0.00					0.00
Outros ativos intangíveis	0.00					0.00
<b>Total</b>	<b>0.00</b>	<b>0.00</b>	<b>0.00</b>	<b>0.00</b>	<b>0.00</b>	<b>0.00</b>

Descrição	Saldo inicial	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo final
<b>Custo</b>						
Goodwill	0.00					0.00
Projetos de Desenvolvimento	0.00					0.00
Programas de Computador	2 101.30					2 993.05
Propriedade Industrial	0.00					0.00
Outros Ativos intangíveis	0.00					0.00
<b>Total</b>	<b>2 101.30</b>	<b>0.00</b>	<b>0.00</b>	<b>0.00</b>	<b>0.00</b>	<b>2 993.05</b>
<b>Depreciações acumuladas</b>						
Goodwill	0.00					0.00
Projetos de Desenvolvimento	0.00					0.00
Programas de Computador	0.00					0.00
Propriedade Industrial	0.00					0.00
Outros Ativos intangíveis	0.00					0.00
<b>Total</b>	<b>0.00</b>	<b>0.00</b>	<b>0.00</b>	<b>0.00</b>	<b>0.00</b>	<b>0.00</b>

## 7 Locações

A Entidade detinha os seguintes ativos adquiridos com recurso à locação financeira:

Descrição	2016			2015		
	Custo de Aquisição	Depreciações Acumuladas	Quantia Escriturada	Custo de Aquisição	Depreciações Acumuladas	Quantia Escriturada
Terrenos e recursos naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Edifícios e outras construções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Equipamento básico	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Equipamento de transporte	0,00	0,00	0,00	18.529,78	13 897,34	4 632,43
Equipamento biológico	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Equipamento administrativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Ativos fixos tangíveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Total</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>18.529,78</b>	<b>13 897,34</b>	<b>4 632,43</b>

Os planos de reembolso da dívida, discriminam-se da seguinte forma:

Descrição	2016			2015		
	Capital	Juros	Total	Capital	Juros	Total
Até um ano				842,76	4,55	847,31
De um a cinco anos						
Mais de cinco anos						
<b>Total</b>	<b>0.00</b>	<b>0.00</b>	<b>0.00</b>	<b>0.00</b>	<b>0.00</b>	<b>0.00</b>

## 8 Custos de Empréstimos Obtidos

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são usualmente reconhecidos como gastos à medida que são incorridos.

Descrição	2016			2015		
	Corrente	Não Corrente	Corrente	Não Corrente	Corrente	Não Corrente
Empréstimos Bancários	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00
Locações Financeiras	0.00	0.00	0.00	854.37	0.00	854.37
Descobertos Bancários	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00
Contas caucionadas						
Contas Bancárias de Factoring						
Contas bancárias de letras descontadas						
Outros Empréstimos	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00
<b>Total</b>	<b>0.00</b>	<b>0.00</b>	<b>0.00</b>	<b>0.00</b>	<b>0.00</b>	<b>0.00</b>

## 9 Inventários

Em 31 de Dezembro de 2016 e de 2015 a rubrica "Inventários" apresentava os seguintes valores:

Descrição	2015				2016		
	Inventário inicial	Compras	Reclassificações e Regularizações	Inventário final	Compras	Reclassificações e Regularizações	Inventário final
Mercadorias	0.00	646.87	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	0.00	200 089.07	0.00	0.00	133 324.80	0.00	0.00
Produtos acabados e intermédios	0.00		0.00	0.00		0.00	0.00
Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos	0.00		0.00	0.00		0.00	0.00
Produtos e trabalhos em curso	0.00		0.00	0.00		0.00	0.00
<b>Total</b>	<b>0.00</b>	<b>200 735.94</b>	<b>0.00</b>	<b>0.00</b>	<b>133 324.80</b>	<b>0.00</b>	<b>0.00</b>

Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas			175 125.23			220 613.70
Variações nos inventários da produção			0.00			0.00

## 10 Rédito

Para os períodos de 2016 e 2015 foram reconhecidos os seguintes Réditos:

Descrição	2016	2015
Vendas	8 964.37	37 567.53
<b>Prestação de Serviços</b>		
Quotas de utilizadores	73 882.17	82 927.49
Quotas e joias	180.00	770.00
Promoções para captação de recursos	0.00	0.00
Rendimentos de patrocinadores e colaborações	0.00	0.00
Serviços Secundários	99 104.65	86 318.68
Juros	3 698.00	5 748.72
Royalties	0.00	0.00
Dividendos	0.00	0.00
<b>Total</b>	<b>185 829.19</b>	<b>213 332.42</b>

## 11 Subsídios do Governo e apoios do Governo

A 31 de Dezembro de 2016 e 2015, a Entidade tinha os seguintes saldos nas rubricas de "Subsídios do Governo" e "Apoios do Governo":

Descrição	2016	2015
<b>Subsídios do Governo</b>		
Centro Regional Segurança Social	414 746,10	407 838,26
<b>Apoios do Governo</b>		
SICAD	53 638,41	76 922,36
Instituto de Emprego e Formação Profissional (IEFP)	3 989,31	21 325,76
Instituto da Segurança Social (ISS,IP) POPH		
Instituto da Segurança Social (ISS,IP) PIEF		
Autarquias Locais		10 000,00
<b>Total</b>	<b>472.373,82</b>	<b>583.835,50</b>

Handwritten notes and signatures in the top right corner, including the name "Ary" and a signature.

## 12 Imposto sobre o Rendimento

Descrição	2016	2015
IRC Liquidado	0,00	749,86
Tributação Autónoma		
<b>Total</b>	<b>0.00</b>	<b>749.86</b>

## 13 Benefícios dos empregados

O número de membros dos órgãos diretivos, nos períodos de 2016 e 2015, foram, respetivamente cinco.

O número médio de pessoas ao serviço da Entidade em 31/12/2015 foi de "40" e em 31/12/2016 foi de "39".

Os gastos que a Entidade incorreu com os funcionários foram os seguintes:

Descrição	2016	2015
Remunerações aos Órgãos Sociais	0.00	0,00
Remunerações ao pessoal	354 583.73	339 767.31
Benefícios Pós-Emprego	0.00	0.00
Indemnizações	0.00	0.00
Encargos sobre as Remunerações	76 002.88	71 941.61
Seguros de Acidentes no Trabalho e Doenças Profissionais	2 333.86	2 816.83
Gastos de Ação Social	0.00	0.00
Outros Gastos com o Pessoal	1 906.54	20 047.26
<b>Total</b>	<b>434 827.24</b>	<b>434 573.01</b>

## 14 Divulgações exigidas por outros diplomas legais

A Entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de Novembro.

Dando cumprimento ao estabelecido no Decreto-Lei 411/91, de 17 de Outubro, informa-se que a situação da Entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

Handwritten notes and signatures in the top right corner, including initials and a signature.

## 15 Outras Informações

De forma a uma melhor compreensão das restantes demonstrações financeiras, são divulgadas as seguintes informações.

### 15.1 Investimentos Financeiros

Nos períodos de 2016 e 2015, a Entidade detinha os seguintes "Investimentos Financeiros":

Descrição	2016	2015
<b>Investimentos em subsidiárias</b>	<b>0.00</b>	<b>0.00</b>
Método de Equivalência Patrimonial	0.00	0.00
Outros Métodos	0.00	0.00
<b>Investimentos em associadas</b>	<b>20 000.00</b>	<b>0.00</b>
Método de Equivalência Patrimonial	0.00	0.00
Outros Métodos	20 000.00	0.00
<b>Investimentos em entidades conjuntamente controladas</b>	<b>0.00</b>	<b>0.00</b>
Método de Equivalência Patrimonial	0.00	0.00
Outros Métodos	0.00	0.00
<b>Investimentos noutras empresas</b>	<b>0.00</b>	<b>0.00</b>
<b>Outros investimentos financeiros</b>	<b>2 406.74</b>	<b>1 557.55</b>
<b>Perdas por Imparidade Acumuladas</b>	<b>0.00</b>	<b>0.00</b>
<b>Total</b>	<b>22 406.74</b>	<b>1 557.55</b>

Em Investimentos Financeiros está refletida a quota detida na Entidade Torreão Empresa Social Unipessoal Lda.

### 15.2 Fundadores/beneméritos/patrocionadores/doadores/associados/membros

A 31 de Dezembro de 2016 e 2015, apresentava os seguintes saldos:

Descrição	2016	2015
<b>Ativo</b>		
Fundadores/associados/membros - em curso	0.00	640.00
Doadores - em curso	0.00	0.00
Patrocionadores	0.00	0.00
Quotas	0.00	0.00
Financiamentos concedidos - Fundador/doador	0.00	0.00
Outras operações	0.00	0.00
Perdas por imparidade	0.00	0.00
<b>Total</b>	<b>0.00</b>	<b>640.00</b>
<b>Passivo</b>		
Fundadores/associados/membros - em curso	30.00	0.00
Financiamentos obtidos - Fundador/doador	0.00	0.00
Resultados disponíveis	0.00	0.00
Outras operações	0.00	0.00
<b>Total</b>	<b>30.00</b>	<b>0.00</b>

*J. A. J. - J. J.*  
*res*

### 15.3 Clientes e Utentes

Para os períodos de 2016 e 2015 a rubrica "Clientes" encontra-se desagregada da seguinte for:

Descrição	2016	2015
<b>Clientes e Utentes c/c</b>		
Clientes	39 198.57	17 319.50
Utentes	11 208.32	18 003.88
<b>Clientes e Utentes títulos a receber</b>		
Clientes	0.00	0.00
Utentes	0.00	0.00
<b>Clientes e Utentes factoring</b>		
Clientes		
Utentes		
<b>Clientes e Utentes cobrança duvidosa</b>		
Clientes		
Utentes		
<b>Total</b>	<b>14 362.77</b>	<b>3 360.64</b>

Nos períodos de 2016 e 2015 foram registadas as seguintes "Perdas por Imparidade":

Descrição	2016	2015
Clientes		
Utentes	-7 386.52	0.00
<b>Total</b>	<b>-7 386.52</b>	<b>0.00</b>

### 15.4 Outras contas a receber

A rubrica "Outras contas a receber" tinha, em 31 de dezembro de 2016 e 2015, a seguinte decomposição:

Descrição	2016	2015
Remunerações a pagar ao pessoal	0.00	-186.23
Adiantamentos ao pessoal	0.00	0.00
Adiantamentos a Fornecedores de Investimentos	0.00	0.00
Devedores por acréscimos de rendimentos	0.00	0.00
Outras operações	-920.24	-261.84
Outros Devedores	94 631.96	19 877.40
Perdas por Imparidade	0.00	0.00
<b>Total</b>	<b>93 711.72</b>	<b>19 429.33</b>

### 15.5 Diferimentos

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, a rubrica "Diferimentos" englobava os seguintes saldos:

Descrição	2016	2015
<b>Gastos a Reconhecer</b>		
Seguros / outros	3 213,42	2 104,56
<b>Total</b>	<b>3 213,42</b>	<b>2 104,56</b>
<b>Rendimentos a Reconhecer</b>		
Subsídios SICAD / IEFP	103 337,05	13 657,47
<b>Total</b>	<b>103 337,05</b>	<b>13 657,47</b>

**15.6 Caixa e Depósitos Bancários**

A rubrica de “Caixa e Depósitos Bancários”, a 31 de Dezembro de 2016 e 2015, encontrava-se com os seguintes saldo:

Descrição	2016	2015
Caixa	6 680.88	2 499.72
Depósitos à ordem	15 864.59	57 221.80
Depósitos a prazo	203 000.00	200 000.00
Outros		
<b>Total</b>	<b>225 545.47</b>	<b>259 721.52</b>

**15.7 Fundos Patrimoniais**

Nos “Fundos Patrimoniais” ocorreram as seguintes variações:

Descrição	Saldo Inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo Final
Fundos	11 147.66	0.00	-670.00	10 477.66
Excedentes técnicos	0.00	0.00	0.00	0.00
Reservas	0.00	0.00	0.00	0.00
Resultados transitados	288 965.86	0.00	-52 135.47	236 830.39
Excedentes de revalorização	0.00	0.00	0.00	0.00
Outras variações nos fundos patrimoniais	0.00	0.00	0.00	0.00
<b>Total</b>	<b>300 113.52</b>	<b>0.00</b>	<b>-52 805.47</b>	<b>247 308.05</b>

**15.8 Fornecedores**

O saldo da rubrica de “Fornecedores” é discriminado da seguinte forma:

Descrição	2016	2015
Fornecedores c/c	36 044.12	31 962.74
Fornecedores títulos a pagar	0.00	0.00
Fornecedores faturas em receção e conferência	0.00	0.00
<b>Total</b>	<b>36 044.12</b>	<b>31 962.74</b>

**15.9 Estado e Outros Entes Públicos**

A rubrica de “Estado e outros Entes Públicos” está dividida da seguinte forma:

Descrição	2016	2015
<b>Ativo</b>		
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Coletivas (IRC)	5 607.00	5 356.02
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	0.00	0.00
Outros Impostos e Taxas	0.00	0.00
<b>Total</b>	<b>5 607.00</b>	<b>5 356.02</b>
<b>Passivo</b>		
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Coletivas (IRC)	0.00	4 606.16
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	8 412.13	3 032.70
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Singulares (IRS)	0.00	0.00
Segurança Social	8 979.00	8 996.35
Outros Impostos e Taxas	1 938.37	1 020.32
<b>Total</b>	<b>19 329.50</b>	<b>17 655.53</b>

**15.10 Outras Contas a Pagar**

A rubrica "Outras contas a pagar" desdobra-se da seguinte forma:

Descrição	2016		2015	
	Não Corrente	Corrente	Não Corrente	Corrente
<b>Pessoal</b>				
Remunerações a pagar		0.00		186.23
Cauções	0.00		0.00	
Outras operações		920.24		261.84
Perdas por imparidade acumuladas		0.00		0.00
<b>Fornecedores de Investimentos</b>		<b>0.00</b>		<b>0.00</b>
<b>Credores por acréscimo de gastos</b>		<b>0.00</b>		<b>0.00</b>
<b>Outros credores</b>		<b>-94 631.96</b>		<b>-19 877.40</b>
<b>Total</b>	<b>0.00</b>	<b>-93 711.72</b>	<b>0.00</b>	<b>-19 429.33</b>

**15.11 Subsídios, doações e legados à exploração**

A Entidade reconheceu, nos períodos de 2016 e 2015, os seguintes subsídio, doações, heranças e legados:

Descrição	2016	2015
Subsídios do Estado e outros entes públicos	414 746.10	407 838.26
Subsídios de outras entidades	82 105.66	108 248.12
Doações e heranças	0.00	0.00
Legados	0.00	0.00
<b>Total</b>	<b>496 851.76</b>	<b>516 086.38</b>

Os "Subsídios e Apoios do Governo" estão divulgados de forma mais exaustiva na Nota 12.

**15.12 Fornecimentos e serviços externos**

A repartição dos "Fornecimentos e serviços externos" nos períodos findos em 31 de Dezembro de 2016 e de 2015, foi a seguinte:

Descrição	2016	2015
Subcontratos	0.00	1 395.12
Serviços especializados	63 538.19	99 664.68
Materiais	16 224.88	40 815.47
Energia e fluidos	48 652.59	43 976.08
Deslocações, estadas e transportes	2 496.44	1 184.02
Serviços diversos	27 204.18	35 785.96
<b>Total</b>	<b>158 116.28</b>	<b>222 821.33</b>



J. A. J. J. J.

### 15.13 Outros rendimentos e ganhos

A rubrica de "Outros rendimentos e ganhos" encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2016	2015
Rendimentos Suplementares	2 255.39	0.00
Descontos de pronto pagamento obtidos	22.19	112.68
Recuperação de dívidas a receber	0.00	0.00
Ganhos em inventários	0.00	0.00
Rendimentos e ganhos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	0.00	0.00
Rendimentos e ganhos nos restantes activos financeiros	0.00	0.00
Rendimentos e ganhos em investimentos não financeiros	0.00	0.00
Outros rendimentos e ganhos	66 235.11	138 339.35
<b>Total</b>	<b>68 512.69</b>	<b>138 452.03</b>

### 15.14 Outros gastos e perdas

A rubrica de "Outros gastos e perdas" encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2016	2015
Impostos	397.30	3 257.79
Descontos de pronto pagamento concedidos	0.00	0.00
Dívidas incobráveis	0.00	0.00
Perdas em inventários	0.00	0.00
Gastos e perdas em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	0.00	0.00
Gastos e perdas nos restantes ativos financeiros	0.00	0.00
Gastos e perdas investimentos não financeiros	0.00	0.00
Outros Gastos e Perdas	5 852.03	14 057.04
<b>Total</b>	<b>6 249.33</b>	<b>17 314.83</b>

### 15.15 Resultados Financeiros

Nos períodos de 2016 e 2015 foram reconhecidos os seguintes gastos e rendimentos relacionados com juros e similares:

Descrição	2016	2015
<b>Juros e gastos similares suportados</b>		
Juros suportados	138.80	250.14
Diferenças de câmbio desfavoráveis	0.00	0.00
Outros gastos e perdas de financiamento	0.00	0.00
<b>Total</b>	<b>138.80</b>	<b>250.14</b>
<b>Juros e rendimentos similares obtidos</b>		
Juros obtidos	3 698.00	5 748.72
Dividendos obtidos	0.00	0.00
Outros Rendimentos similares	0.00	0.00
<b>Total</b>	<b>3 698.00</b>	<b>5 748.72</b>
<b>Resultados Financeiros</b>	<b>3 836.00</b>	<b>5 498.58</b>

### 15.16 Acontecimentos após data de Balanço

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de Dezembro de 2016.

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

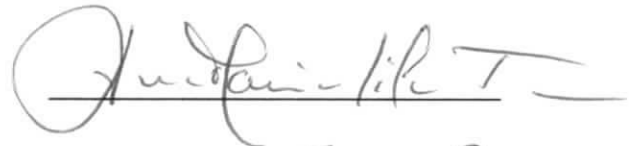
As demonstrações financeiras para o período findo em 31 de Dezembro de 2016 foram aprovadas pela Assembleia Geral em 30 de Março de 2017.

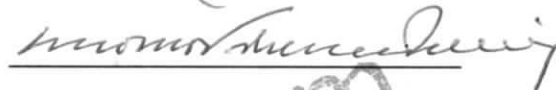
Miragaia, 30 de Março de 2017

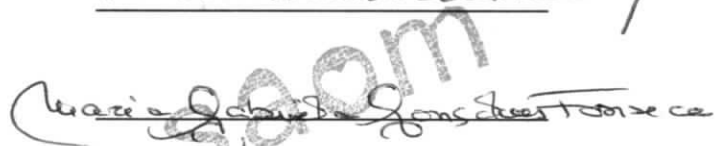
O Contabilista Certificado

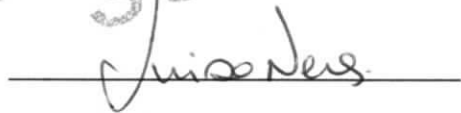
A Direção

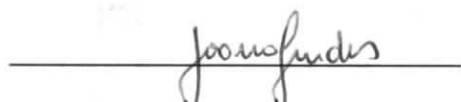
  
\_\_\_\_\_  
Bruno Miguel Martins Correia

  
\_\_\_\_\_  
Juliana T.

  
\_\_\_\_\_  
[Illegible signature]

  
\_\_\_\_\_  
[Illegible signature]

  
\_\_\_\_\_  
[Illegible signature]

  
\_\_\_\_\_  
[Illegible signature]